



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

ANDRÉA ALICE DA CUNHA FARIA

**MERENDA ESCOLAR, UMA ESTRATÉGIA DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

JOÃO PESSOA - PB

2017

ANDRÉA ALICE DA CUNHA FARIA

**MERENDA ESCOLAR, UMA ESTRATÉGIA DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Tânia Maria César Carneiro

JOÃO PESSOA - PB

2017

F224m Faria, Andréa Alice da Cunha

Merenda escolar, uma estratégia de apoio ao desenvolvimento local. / Andréa Alice da Cunha Faria. – João Pessoa: UFPB, 2017.

50f.

Orientadora: Tânia Maria Cesar Carneiro
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia-
modalidade à distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de
Educação

1. Educação. 2. Agricultura familiar. 3. Merenda Escolar. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)

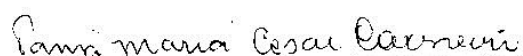
ANDRÉA ALICE DA CUNHA FARIA

Merenda Escolar, uma estratégia de apoio ao desenvolvimento local

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

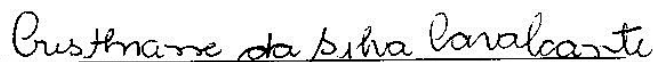
APROVADA EM 12 / 12 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Profª M. Sc. Tânia Maria Cesar Carneiro
Universidade Federal da Paraíba

Profª M. Sc. Eliete Fernandes Matias – 1º membro
Universidade Federal da Paraíba



Profª M. Sc. Cristiane da Silva Cavalcante - 2º membro
Universidade Federal da Paraíba

JOÃO PESSOA – PB
2017

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tomou como objeto o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), especialmente no que se refere à aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar enquanto estratégia de apoio ao desenvolvimento social. Destinou-se a estudar o funcionamento do programa no município de Mari, estado da Paraíba, a fim de identificar possibilidades e limitações da utilização de produtos da agricultura familiar na merenda escolar, visando contribuir para que a medida, fundamentada pela Lei Federal nº 11.947/2009, seja adotada por outros municípios. Através de uma pesquisa de caráter exploratório e uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com diferentes sujeitos sociais envolvidos no programa, bem como, visitas a produtores que fornecem os gêneros alimentícios à rede escolar municipal. As informações coletadas foram sistematizadas e agrupadas segundo as categorias de análise *funcionamento*, *impactos* e *sugestões*. Os resultados revelam a importância do processo de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar na qualidade da alimentação oferecida pela rede municipal de educação, bem como, na renda das famílias envolvidas de forma direta e indireta no programa. Entretanto, evidenciam também resistências relacionadas às alterações na manipulação de gêneros *in natura* e, principalmente a um padrão de consumo baseado em produtos industrializados.

Palavras-chave: Agricultura Familiar – Alimentação Escolar – Merenda Escolar

ABSTRACT

The present study focused on the National School Feeding Program (PNAE), with special regards to the acquisition of foodstuffs from Family Agriculture as a strategy to support social development. The purpose of this research was to study the operation of the program in the municipality of Mari, state of Paraíba, in order to identify possibilities and limitations of the use of products of family agriculture in school meals in order to contribute to the measure, based on Federal Law No. 11,947 / 2009, of being adopted by other municipalities. Through an exploratory research and a qualitative approach, interviews were conducted with different social subjects involved in the program, as well as visits to producers that supply the foodstuffs to the municipal school network. The collected information was systematized and grouped in accordance to the analysis categories of *operations*, *impacts*, and *suggestions*. The results reveal the importance of the process of acquiring foodstuffs from Family Agriculture in the quality of food offered by the municipal education network, as well as in the income of families directly and indirectly involved in the program. However, they also show resistance related to changes in the manipulation of *in natura* genera, and especially to a pattern of consumption based on industrialized products.

Keywords: Family Farming – School Food – School Meal

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA - Articulação Brasileira de Agroecologia
AEE - Atendimento Educacional Especializado
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro
CAE - Conselhos de Alimentação Escolar
CAE - Conselhos de Alimentação Escolar
CECANE - Centros Colaboradores de Alimentação e Nutricional Escolar
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar
COOPAZ - Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DCNT - Doenças Crônicas não Transmissíveis
EaD - Educação a Distância
EAN - Educação Alimentar e Nutricional
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental
FAO/ONU - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FISI - Fundo Internacional de Socorro à Infância
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MP - Ministério Público
OMS - Organização Mundial da Saúde
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PMA - Programa Mundial de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCO - Plano Nacional de Combate à Obesidade

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD - Programa de Alimentos para o Desenvolvimento

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESAB - Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

RT - Responsável Técnico

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

TCU - Tribunal de Contas da União

USAID - Agências dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

I – Introdução	08
II – O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar	10
III – Procedimentos Metodológicos	19
IV – O PNAE no município de Mari: funcionamento, impactos e sugestões para seu aperfeiçoamento	21
Considerações Finais	27
Referências Bibliográficas	28
Apêndices	30

I. INTRODUÇÃO

A relação entre educação e desenvolvimento é uma temática tão ampla quanto antiga. Muito já se refletiu a respeito, se escreveu e se discutiu em torno deste tema, sempre atual. O debate encerra diferentes dimensões, desde o papel da educação na formação de um “sujeito apto” a este desenvolvimento, até o papel da própria unidade educativa (no caso, a escola) enquanto agente socioeconômico capaz de ser também, um agente de desenvolvimento.

Em sintonia com esta última perspectiva, ou seja, aquela que percebe a escola também enquanto agente socioeconômico do desenvolvimento encontra-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), especialmente ao aspecto ao qual se destina a Lei N° 11.947/2009 que determina que pelo menos 30 % dos recursos da merenda escolar sejam gastos com produtos que provenha da agricultura familiar do município no qual se encontra a escola. Esta lei reflete uma tendência recente na política brasileira, de fortalecimento da agricultura familiar brasileira a partir do reconhecimento de sua função, enquanto regime econômico diferenciado, capaz de favorecer um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente mais equilibrado.

Ao analisar historicamente as diferentes construções discursivas a respeito da relação entre educação e desenvolvimento, no contexto latino-americano, Alpízar (2001) constata que o debate acerca do papel da educação nos processos de desenvolvimento caracteriza-se como um **campo de disputas** entre diferentes concepções de mundo, de desenvolvimento, de educação e, particularmente, de suas inter-relações. Trata-se, portanto, de um debate vivo, social e político, no qual se expressam diferentes perspectivas e intencionalidades num movimento de “realidades em movimento” (ALPÍZAR, 2001, p.29).

A aprovação da referida lei reflete a afirmação de um amplo movimento social que vem agregando, ao longo das últimas 3 (três) décadas, no Brasil, um conjunto diversificado de segmentos sociais, vinculados ao campo, especialmente voltados ao fortalecimento de um modelo alternativo de desenvolvimento fundamentado na agricultura familiar e na agroecologia. São famílias de agricultores, profissionais liberais, entidades de classe, sindicatos, universidades, centros de pesquisa, instituições públicas, entre outras que vêm se aglutinando em torno de redes de intercâmbio, à exemplo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), Articulação Brasileira de Agroecologia (ABA), dentre outras.

A lei em questão é considerada pelos integrantes deste movimento, um marco importante no processo de fortalecimento da agricultura familiar brasileira, tendo em vista o seu potencial de criação de possibilidades concretas de comercialização direta dos produtos da agricultura familiar. Em geral, este tipo de comercialização acontece através de intermediários – chamados de atravessadores – que acabam por reter parte significativa do valor da produção, diminuindo os rendimentos de quem efetivamente a realiza – no caso, as famílias de agricultores.

Entretanto, a efetivação da aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar nos mais de 5.000 municípios brasileiros, ainda está aquém do pretendido. É preciso ter claro que as mudanças impostas por lei incidem sobre um sistema, sobre uma dinâmica e sobre uma cultura já estruturadas, social e historicamente. Compreender mais profundamente as possibilidades e as limitações presentes a este processo é fundamental para que as mesmas possam ser, respectivamente, intensificadas e superadas.

A alimentação escolar ocupa espaço de importância para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, no entanto, quando integrada aos processos produtivos da agricultura familiar, pode ocupar espaço de grande relevância também no desenvolvimento social. Esta é a percepção que estimula um estudo mais aprofundado sobre a dinâmica de implementação da lei em questão.

A presente pesquisa destinou-se a refletir acerca da execução do PNAE no município de Mari, especialmente no que tange aos aspectos relacionados à inclusão de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar na merenda escolar. Através de pesquisa documental e da realização de entrevistas no município procurou-se discutir possibilidades e limitações desta ação, visando assim, contribuir para um maior conhecimento, aprofundamento e enfrentamento por parte das escolas da problemática que envolve a utilização de produtos da agricultura familiar na merenda escolar.

A escolha pela temática relaciona-se ainda à atuação profissional da pesquisadora (engenheira agrônoma) junto ao movimento agroecológico brasileiro que tem como um de seus pilares, o fortalecimento da agricultura familiar. A realização de um estudo mais aprofundado sobre a temática apresentada foi percebida como um potencial para gerar uma importante reflexão na Gestão Educacional, particularmente na percepção do papel da escola como agente socioeconômico capaz de ser também, um agente de desenvolvimento.

Acredita-se que o programa seja também uma rica oportunidade para qualificar o processo de ensino-aprendizagem, na medida em que aproxima a escola de aspectos da realidade local que podem ser pedagogicamente trabalhados em sala de aula, favorecendo a

aproximação entre escola e comunidade. Para a Gestão Educacional, em particular, a iniciativa pode trazer uma rica experiência e novos desafios, ao aproximar a comunidade escolar (professores, alunos e funcionários) da problemática do desenvolvimento e do papel das dinâmicas rurais neste processo.

II. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública do governo federal brasileiro, gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), voltada a oferecer alimentação escolar, associada a ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O PNAE está presente nos 5.570 municípios brasileiros e nos 26 estados, além do Distrito Federal. Seu funcionamento é acompanhado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), além dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público (MP).

O repasse de recursos financeiros por parte do governo federal toma por base o Censo Escolar e é calculado em função do número de estudantes matriculados na rede pública de educação básica. Os valores destinam-se a atender suplementarmente a demanda dos 200 dias letivos e são repassados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro).

Segundo site oficial do programa¹ são estes os valores atualmente repassados pela União a estados e municípios, por dia letivo, para cada aluno:

- Creches: R\$ 1,07
- Pré-escola: R\$ 0,53
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64
- Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36
- Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32
- Ensino integral: R\$ 1,07
- Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

¹ <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>

O histórico de constituição do PNAE remonta a ações desenvolvidas desde a década de 1950, no Brasil. Segundo historiografia elaborada por Marcus Cezar de Freitas, a década de 1950 representa um momento de “vigor intelectual” (p. 16) do país. É neste contexto que “[...] educadores provocarão uma sensível inflexão no trato da ideia de *realidade nacional*.” (FREITAS, 2001, p. 18, 19). As questões vividas pelo país e as problemáticas vivenciadas pelo povo passam a ocupar os espaços de debate político e acadêmico, numa expressão de busca pela construção de uma nação autêntica e soberana. O conceito de nacionalismo procura se afirmar, inicialmente, em oposição ao colonialismo que historicamente marcou (e tem marcado) o processo de constituição da sociedade brasileira.

O Brasil ocupa espaço nas reflexões e provoca formulações vigorosas, a exemplo da formulação freireana para a educação, materializada inicialmente através da tese de doutoramento apresentada por Paulo Freire, no ano de 1959, em concurso para professor de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco intitulada “Educação e Atualidade Brasileira”.

É neste contexto que o governo federal elabora um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição contemplando um conjunto diverso de ações com vistas ao enfrentamento da problemática alimentar e nutricional no Brasil. Através do apoio financeiro internacional estruturou-se no país, um conjunto de campanhas, a exemplo da campanha de nutrição materno-infantil que consistiu na distribuição de excedente de leite em pó, com recursos do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), precursor da Unicef.

No ano de 1956, também através de convênios com o FISI e outros organismos internacionais, o governo federal institui a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), vinculada diretamente ao Ministério da Educação, com vistas ao enfrentamento da problemática alimentar e nutricional, em todo o país e a partir das escolas.

Já sob o regime militar, a CNME passa a ser denominada como Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e estrutura-se, segundo site oficial do PNAE a partir de

[...] um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pelas Agências dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) (<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>).

Constata-se, portanto, que a origem das ações do Estado Brasileiro frente às carências alimentares e nutricionais da população encontra-se marcada pela perspectiva de enfrentamento da problemática com ações emergenciais (campanhas) e através do financiamento internacional. E é neste contexto que, no ano de 1979, institui-se formalmente o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE).

Já no final dos anos 1980, cenário do processo de redemocratização brasileira, a Constituição Federal de 1988 reconhece como dever do Estado, “[...] o atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (artigo 208, inciso VII da Constituição Federal de 1988). E, já no contexto dos anos 2000, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de número 47, promulgada no ano de 2003, inclui a alimentação como um dos direitos sociais, conforme artigo 6º da Constituição Federal tem hoje, a seguinte formulação:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, Art. 6º).

No que tange ao gerenciamento do PNAE, desde sua fundação até o ano de 1993, a execução do programa acontecia de forma centralizada ao nível federal, cabendo ao órgão gerencial a elaboração dos cardápios, a aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios, além do controle de qualidade. A partir de 1994, instituiu-se através de lei, a descentralização dos recursos financeiros, mediante convênio com os entes federados (estados e municípios). A adesão à descentralização dependia, portanto, da aceitação por parte do ente federado.

No ano de 1998, a Medida Provisória nº 1.784 de 14/12/1998 que “dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências”, regulamentou o repasse dos recursos financeiros do PNAE diretamente aos entes federados, sem necessidade de celebração de convênios ou outro instrumento legal semelhante, visando conferir maior agilidade ao processo. A partir de então, registra-se uma série de avanços na qualificação do programa, deste os quais se destacam:

- Institucionalização dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) enquanto órgãos deliberativos, de fiscalização e de assessoramento à execução do PNAE (Medida Provisória nº. 1.979-19, de 02/06/2000). Os referidos Conselhos são estruturados ao nível municipal e

estadual, com representações de entidades da sociedade civil organizada, dos trabalhadores em educação, dos discentes, dos pais de alunos e do Poder Executivo.

- Obrigatoriedade de aplicação de 70% dos recursos financeiros repassados pelo governo federal exclusivamente em produtos básicos, com prioridade aos produtos semielaborados e “in natura”, respeitando os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, objetivando o fomento ao desenvolvimento da economia local (Medida Provisória n.º. 2.178, de 28/06/2001).

- Exigência, a partir do ano de 2006, da contratação de profissionais formados em Nutrição como Responsável Técnico (RT) pelo programa em todas as entidades executoras (entes federados), como medida de reforço na qualidade nutricional da merenda escolar. Neste mesmo ano, uma parceria entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) permitiu a criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutricional Escolar (CECANE), unidades que passaram a contar com equipes voltadas a execução de ações de extensão, ensino e pesquisa, de referência e apoio à execução de ações e projetos vinculados ao PNAE. Os CECANEs passaram a ser polos irradiadores de ações de capacitação de atores sociais envolvidos no programa.

- Criação, em 2007, do Programa Saúde na Escola, instituído a partir de Decreto Presidencial n.º 6.286/2007, resultante de uma ação conjunta entre os Ministérios da Saúde e da Educação objetivando a ampliação das ações de saúde aos alunos da rede pública de ensino.

- No ano de 2009, através da Lei n.º 11.947, de 16 de junho, o PNAE foi estendido para toda a rede pública de educação básica (incluindo os participantes do programa Mais Educação) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi esta mesma lei que instituiu a obrigatoriedade de que no mínimo, 30% dos repasses de recursos financeiros via FNDE sejam empregados na aquisição de produtos da agricultura familiar, medida focalizada pela presente pesquisa.

- No ano de 2013, foram incluídos no público atendido pelo PNAE os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), aqueles que frequentam o EJA semipresencial e aqueles matriculados em escola de tempo integral.

- Fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), parte integrante do PNAE, tendo em vista as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), particularmente, do Plano Nacional de Combate à Obesidade (PNCO) e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT).

Desde o ano de 2005, o PNAE encontra-se inserido na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) como um dos seus eixos estruturantes de acesso aos alimentos.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional vem progressivamente ganhando espaço no Brasil. Tanto do ponto de vista acadêmico, quanto social, discute-se cada vez mais os problemas de saúde causados por hábitos alimentares inadequados, cultivados desde a mais tenra idade. Constata-se também sua associação a um padrão de consumo imputado pela indústria alimentícia que movimenta vultosos montantes de recursos financeiros, de forma cada vez mais concentrada, por todo o mundo. Este padrão de consumo se capilariza pela sociedade encontrando espaço livre na mídia, nos supermercados, nas casas e inclusive, nas cantinas de diversas escolas.

Segundo Maluf & Menezes,

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF & MENEZES, 2000, p. 04).

O aspecto nutricional dos alimentos e a afirmação da saúde como o objetivo primordial da alimentação vão ganhando cada vez mais centralidade em uma política pública que se inicia com o objetivo de fornecer produtos alimentícios para minimizar a “fome” e a “miséria”. O conceito de “necessidades nutricionais” vai ganhando força e qualificando a discussão acerca do acesso (e do não acesso) aos alimentos.

O alarmante aumento da obesidade, especialmente entre crianças, é um dos aspectos que se encontra na base desta mudança paradigmática. No ano de 2010, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou um aumento excepcional no número de crianças de 5 a 9 anos com excesso de peso. Ao realizar um estudo comparativo nos últimos 34 anos, o IBGE constatou que em 2009, 34,8% dos meninos estavam com o peso acima da faixa considerada saudável pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 1989, este índice era de 15%, e em 1975, de 10,9%. No caso das meninas, o índice que era de 8,6% em 1975, passou para 11,9 em 1989 e atingiu 32% em 2009. A pesquisa mostrou ainda que na faixa da população de menor renda, o excesso de peso entre os meninos de 5 a 9 anos de idade passou de 8,9% no ano de 1989 para

26,5%, em 2009. E na faixa de maior rendimento, o excesso de peso que em 1989 atingia 10% dos meninos, subiu para 23,6% deles, em 2009 (IBGE, 2010).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho que instituiu a obrigatoriedade de que no mínimo, 30% dos repasses de recursos financeiros via FNDE sejam empregados na aquisição de produtos da agricultura familiar merece destaque na presente discussão. Ela dialoga com o conceito de SAN na medida em que se constitui em uma estratégia para o favorecimento do consumo de produtos “in natura” na merenda escolar, produtos menos processados e mais “frescos”, tendo em vista serem produzidos no próprio município (ou em município próximo) onde se localizam as escolas.

Para além destes aspectos de natureza nutricional, a medida dialoga também com as problemáticas enfrentadas pela produção de gêneros alimentícios no país, estimulando a economia local e buscando o fortalecimento dos sistemas de produção de base familiar. Ela é fruto de um processo histórico de resistência no campo protagonizado por diversas organizações da sociedade civil, com apoio de integrantes de instituições como a Igreja Católica e as Universidades.

O detalhamento deste processo histórico extrapola os limites da presente pesquisa. No entanto, há um marco que se faz necessário resgatar. Trata-se da publicação, pelo IBGE, do Censo Agropecuário de 2006. Através dele, pela primeira vez na História Brasileira, os dados acerca da produção, da renda, da utilização de mão de obra e todos os demais, coletados de forma censitária, pelo IBGE, deram visibilidade à expressão social e econômica da agricultura familiar brasileira.

Isso só se tornou possível após a aprovação, neste mesmo ano, da Lei da Agricultura Familiar que definiu, dentre outras questões, os **critérios objetivos** de caracterização da agricultura familiar. Tais critérios (apresentados a seguir) permitiram que os dados estatísticos fossem tabulados e apresentados sob a classificação “Agricultura Familiar” e “Agricultura não Familiar”, revelando múltiplas expressões desta categoria social, até então, “invisível”.

Até este momento, os Censos Agropecuários apresentavam os dados acerca da produção, da renda, da utilização de mão de obra e todos os demais categorizados pelo tamanho da propriedade. Assim, era possível saber, por exemplo, quanto de feijão produziam os produtores que possuíam propriedades entre 0 e 10 hectares; entre 10 e 50 hectares; entre 50 e 100 hectares e assim por diante. No entanto, quais desses eram agricultores familiares? A resposta só foi possível a partir do momento em que a Lei da Agricultura Familiar definiu os critérios objetivos que caracterizavam esta categoria social.

Assim sendo, o artigo 3º da lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida por “Lei da Agricultura Familiar” define que:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais²;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento³;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

A partir desta possibilidade construída, os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelaram uma realidade ainda não estatisticamente constatada: **a de que 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira advinha da agricultura familiar.**

Quando observados de forma detalhada, por produto, os dados mostram que a agricultura familiar brasileira era, a época, responsável pela produção de 70% do feijão, 87% da mandioca, 59% dos suínos, 58% da bovinocultura de leite, 46% do milho, 50% de aves e ovos e por 34% do arroz consumidos no país, dentre outros produtos (IBGE 2006).

Além disso, este mesmo Censo Agropecuário revelou ser o setor da agricultura familiar responsável por 38% do valor total da produção e por 74,4% dos postos de trabalho gerados no campo. Apesar de representarem 84,4% dos estabelecimentos, ou seja, das unidades produtivas, ocupavam apenas 24,3% da área total destinada às atividades agropecuárias, revelando o quadro de forte concentração fundiária no país (IBGE 2006).

O Censo Agropecuário de 2006 ganhou importância histórica e política, especialmente como subsídio às argumentações daqueles segmentos sociais que buscavam demonstrar o papel social, econômico e ambiental da agricultura familiar brasileira. Neste contexto de

² “Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares” (<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-ar/modulo-fiscal>). Um hectare corresponde a uma área de 10.000 metros quadrados.

³ Este item foi modificado pela Lei n 12.512, de 2011, ganhando a seguinte redação: “[...] tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm

afirmação da agricultura familiar brasileira, uma série de políticas públicas começam a se voltar ao setor, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A inclusão da agricultura familiar na merenda escolar ocorre neste contexto e se materializa, conforma mencionado anteriormente, através de Lei, no ano de 2009.

Em seu artigo 2º, a mencionada Lei, sob nº 11.947 e datada de 16 de junho daquele ano define como diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da **alimentação saudável e adequada**, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao **desenvolvimento sustentável**, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, **produzidos em âmbito local** e preferencialmente **pela agricultura familiar** e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (**grifos nossos**) (BRASIL, 2009).

Conforme é possível observar nos trechos grifados, as diretrizes da alimentação escolar associam qualidade nutricional (alimentação saudável e adequada) ao processo produtivo do alimento (em âmbito local e pela agricultura familiar), relacionando educação e desenvolvimento de forma inovadora.

A aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar é regulamentada pela resolução do Conselho Diretor do FNDE sob o nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE⁴.

⁴ Há um tutorial disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>

A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, prioritariamente, no mesmo município onde localizam-se as escolas. Caso não haja disponibilidade suficiente, as escolas podem complementar a demanda com produtos oriundos do mesmo território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade.

Podem ser ofertantes dos produtos para a merenda escolar agricultores familiares e/ou suas organizações econômicas que possuam Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Os agricultores familiares podem participar de forma individual ou coletiva, organizados em grupos informais – com a DAP física –, ou por meio de suas organizações formais (associações e cooperativas) – com a DAP jurídica.

A DAP é o instrumento de reconhecimento do agricultor familiar, fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (atualmente, Secretaria de Desenvolvimento Agrário) e comprova o enquadramento do produtor nas condições definidas pela Lei da Agricultura Familiar, anteriormente mencionadas. O documento é condição para o acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar, dentre as quais, o fornecimento de produtos para a merenda escolar.

Quase uma década após a promulgação da referida lei, registra-se a presença de estudos voltados para a avaliação da ação. Pesquisa realizada em 2013 por RIBEIRO et al (2013) chegou à conclusão de que a Lei nº 11.947 gerou mudanças significativas na execução do PNAE nos municípios avaliados. A partir dela, o PNAE favoreceu a criação de mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis e para o desenvolvimento local.

Pesquisa realizada no município de São Bentinho, na Paraíba constatou que

[...] a introdução de gêneros alimentícios proveniente da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho trouxe melhorias para a qualidade de vida dos seus habitantes, sobretudo seus escolares e agricultores familiares rurais, uma vez que tal procedimento melhorou a qualidade da alimentação oferecida nas escolas da rede municipal de ensino e melhorou a qualidade de vida dos agricultores familiares rurais (FORMIGA, 2010, pg. 19).

É o que também constatam SCHMITT e GRISA (2013) ao apontar como a lei que vincula compra da parte da merenda escolar à produção da agricultura familiar contribuiu para a construção de mercados institucionais para esta categoria social, bem como contribuiu para a promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Entretanto, estudo realizado no ano de 2010, pelo FNDE em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), revelou que

[...] as regiões sul e sudeste lideram o ranking de compra da agricultura familiar. No sul, mais de 50% compram, enquanto no norte apenas 15%. Os principais desafios são a falta de Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) [...], dificuldade de logística, falta de informação etc. (SÁ, 2016, p.2).

Pesquisas de campo podem favorecer um entendimento mais aprofundado das razões que sustentam esta situação, bem como, evidenciar as implicações pedagógicas do programa.

III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado pela presente pesquisa coaduna-se com uma pesquisa de campo de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, voltada para identificar possibilidades e limitações da utilização de produtos da agricultura familiar na merenda escolar.

A referida pesquisa foi realizada no município de Mari, situado no estado da Paraíba, a cerca de 76 Km da capital, João Pessoa. A escolha do município relaciona-se com o fato deste ser a sede do polo de Educação a Distância (EaD) ao qual a pesquisadora encontra-se vinculada, como estudante do curso de Pedagogia, bem como por ser nele também que se localiza o seu campo de estágio. Estes fatores permitiram a construção das condições prévias para a pesquisa, tais como, a identificação da problemática e do interesse na produção de conhecimento acerca da temática da merenda escolar.

A primeira fase da pesquisa consistiu em contatos prévios com as Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Social para levantamento de dados primários a respeito da merenda escolar e, especialmente, da oferta de produtos da Agricultura Familiar para a mesma.

Após este levantamento preliminar e a identificação dos sujeitos envolvidos na ação a ser estudada (o PNAE), elaborou-se um instrumento de coleta (anexo 01) para a realização das entrevistas. O mesmo objetivou apreender a visão dos/as entrevistados/as a respeito do **funcionamento** do PNAE no município de Mari, particularmente no que tange à aquisição de produtos da agricultura familiar. Ademais, buscou levantar percepções a respeito dos **impactos** do programa na comunidade local, bem como, **sugestões** para o seu aprimoramento.

Foram entrevistados profissionais diretamente ligados à coordenação da merenda escolar no município de Mari, às escolas da rede municipal e aos agricultores familiares

fornecedores dos produtos para a merenda, num total de 8 (oito) pessoas, cujas identidades mantêm-se em sigilo. O **critério** utilizado para a escolha dos/as entrevistados/as levou em consideração a **função exercida** no PNAE, de modo a contemplar integrantes da gestão municipal, da gestão escolar, da confecção das refeições (merendeira) e do fornecimento dos produtos da agricultura familiar.

As entrevistas foram conduzidas de forma livre, a partir de uma conversa informal, na qual os/as entrevistados/as puderam expressar sua visão a respeito do PNAE no município, bem como, indagar a respeito dos objetivos da pesquisa e da temática em questão.

Junto à coordenação da merenda escolar foi possível entrevistar, além da coordenadora do PNAE no município, a nutricionista concursada Responsável Técnica (RT) pela execução do programa. Cabe salientar que a coordenadora também é nutricionista de formação e atuação. Através deste contato foi possível acessar o edital da Chamada Pública nº 002/2017, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor José Honório Filho, também localizada no município de Mari, a entrevista foi associada a uma visita à horta e ao espaço de convivência, implantados com recursos obtidos através do Projeto Escolas Sustentáveis, vinculado ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁵ Interativo, junto ao qual a gestão escolar havia conseguido aprovação para a proposta apresentada. Em associação a esta ação, a Secretaria Municipal de Educação promoveu um curso de Aproveitamento de Alimentos na referida escola, a fim de potencializar o uso e diminuir o desperdício dos produtos adquiridos, especialmente da agricultura familiar do município.

No que se refere aos agricultores familiares fornecedores de produtos para a merenda, as entrevistas aconteceram no Assentamento Zumbi dos Palmares, onde localiza-se a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares (COOPAZ), selecionada através da chamada pública supracitada, para o fornecimento de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar em Mari, neste ano de 2017.

Sempre que possível, as entrevistas foram gravadas. Quando este procedimento não foi possível – no caso das visitas, por exemplo – as informações foram anotadas logo após a seu término. Imagens também foram registradas durante as visitas e outras, gentilmente

⁵ Mais informações em:

http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf

cedidas pela coordenação da merenda escolar. As mesmas encontram-se disponíveis no anexo 03. Durante e após as entrevistas foram realizadas ainda, consultas via internet, a fim de complementar a investigação.

As informações coletadas foram sistematizadas e agrupadas segundo as seguintes categorias de análise: **funcionamento**, **impacto** e **sugestões**. Tal procedimento objetivou integrar as diversas visões, favorecendo a identificação de semelhanças e diferenças nas mesmas. A partir de então, foi possível passar à etapa de análise e discussão dos resultados da pesquisa, apresentados a seguir.

IV. O PNAE NO MUNICÍPIO DE MARI: FUNCIONAMENTO, IMPACTOS E SUGESTÕES PARA SEU APERFEIÇOAMENTO

O presente capítulo, voltado à análise e discussão das informações coletadas inicia-se com a descrição do funcionamento do PNAE no município de Mari (PB) para, em seguida, dedicar-se propriamente às análises e discussões suscitadas pela pesquisa realizada.

O PNAE no município de Mari atende a 23 (vinte e três) unidades educativas, entre creches e escolas que oferecem ensino regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), na zona rural e urbana do município. Para tanto, recebe recursos financeiros do MEC, de acordo com os valores mencionados anteriormente.

A equipe da Merenda Escolar é composta por 1 (uma) coordenadora, formada em Nutrição, por 1 (uma) Responsável Técnica (RT), também formada em Nutrição e por 1 (um) motorista. Relatos atestam que outros funcionários da Secretaria Municipal de Educação apoiam voluntariamente o trabalho da merenda, ajudando na organização dos produtos quando estes chegam à sede da Secretaria.

A cada mês, a nutricionista RT elabora um cardápio por semana, para o turno da manhã e outro, para o turno da tarde e distribui a cada unidade. Nas escolas regulares, há dois tipos de cardápio: um da educação regular e outro, do Programa Mais Educação, este último, destinado àqueles alunos que frequentam em tempo integral. Este mesmo cardápio vem sendo utilizado na EJA. As creches têm um cardápio e um recurso diferenciado.

Após processo licitatório, os produtos da merenda escolar passam a ser recebidos pela Secretaria e distribuídos mensalmente às escolas, sendo que os produtos da agricultura familiar, por serem produtos “in natura” são entregues semanalmente.

Durante o ano de 2017, estão sendo adquiridos da agricultura familiar do município os seguintes gêneros alimentícios: abacaxi (2.136 Kg); abóbora ou jerimum (256 Kg); Alface (58 Kg); Banana (3.914 Kg); batata doce (2.992 Kg); Batata Inglesa (720 Kg); Bolo (2.400 Kg); Carne bovina sem osso (6.350 Kg); Cebola (709 Kg); Cenoura (800 Kg); Coentro (372 Kg); Feijão Macaçar (1.037 Kg); Feijão Verde (2.490 Kg); Frango Caipira (6.400 Kg); Inhame (1.456 Kg); Laranja (6.000 unidades); Macaxeira (2.400 Kg); Mamão (2.629 Kg); Manga (1.486 Kg); Mel (240 litros); Melancia (2.743 Kg); Ovos Caipira (650 caixas); Pimentão (252 Kg); Polpa de Fruta (4.664 Kg); Tomate (960 Kg).

A aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para a merenda escolar realiza-se, no município de Mari, mediante o fluxo descrito a seguir:

- Elaboração do cardápio pela nutricionista, Responsável Técnica (RT) do PNAE no município;
- Tomada de preços dos produtos na região;
- Elaboração do edital de Chamada Pública, onde consta a especificação dos produtos a serem adquiridos, a quantidade de cada item, o valor unitário e o valor total estimado, bem como, o calendário de entrega dos produtos.
- Lançamento do Edital (anexo 02).
- Processo de habilitação do fornecedor. Tal habilitação que pode se dar na forma de Fornecedor Individual, Grupos Informais ou Grupos Formais, acontece mediante a apresentação da documentação exigida no edital da Chamada Pública;
- Processo de apresentação dos projetos de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Os projetos, apresentados em envelope lacrados, são relacionados em sessão pública e registrados em ata.
- Seleção dos projetos de venda, segundo critérios definidos pelo FNDE através da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013⁶
- Apresentação de amostras dos produtos. O(s) fornecedor(es) classificado(s) apresentam à Secretaria Municipal de Educação, amostras dos produtos para avaliação e seleção dos mesmos.

⁶ Disponível em:

https://www.fn.de.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC

- O(s) fornecedor(es) selecionado(s) entrega(m) semanalmente os produtos na Secretaria Municipal de Educação, responsável pela distribuição nas escolas e creches do município.

- O pagamento do(s) fornecedor(es) é realizado mensalmente.

A pesquisa realizada permitiu algumas discussões que passam a ser aqui apresentadas:

Análise e Discussão dos Resultados Obtidos

- Quanto à aceitação dos gêneros alimentícios pelas crianças, jovens e adultos.

Apesar da presente pesquisa não destinar-se a verificar a aceitação dos gêneros alimentícios por parte das crianças, dos jovens e dos adultos, as entrevistas indicam que em geral, há uma boa aceitação. No entanto, ela parece ser maior nas creches e na Educação de Jovens e Adultos e menor, nas séries finais do Ensino Fundamental. Algumas pessoas entrevistadas atribuem este grau de “rejeição” por parte dos alunos à falta de hábito no consumo de legumes, verduras e frutas em casa e o associam à baixa renda das famílias. No entanto, outras entrevistas revelam ser este comportamento fruto de uma cultura e de um condicionamento que valoriza os produtos industrializados em detrimento daqueles consumidos “in natura”, parcialmente processados e/ou processados de forma manual.

Por parte da equipe da merenda escolar, há um esforço para adaptar a oferta do produto ao grau de aceitação da unidade educativa. A título de exemplo, foi mencionado, em entrevista, que em determinada creche, as crianças gostam mais de melancia do que de jerimum e em outra, o contrário. A distribuição, então, é adequada a esta realidade, de forma a evitar o desperdício. Observou-se um empenho acentuado em relação à creche, a fim de estimular outros hábitos alimentares. A idade e o fato das crianças ficarem o dia todo na escola favorecem a iniciativa de introdução de novos itens no hábito alimentar.

A percepção geral dos/as entrevistados/as é de que a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar trouxe melhora no valor nutricional da merenda escolar e também no quantitativo dos produtos. Os depoimentos mencionam que há uma variedade maior dos produtos e que os mesmos apresentam-se “mais fresquinhos e saudáveis”.

- Quanto à utilização dos gêneros alimentícios pelas merendeiras

Toda inovação traz desarrumação, nos ensinam as vivências cotidianas. No que tange às políticas públicas, esta afirmação não perde a sua significância. A inclusão de produtos “in natura” na merenda escolar traz inevitavelmente, um acréscimo de trabalho para quem tem

como função manipular os gêneros alimentícios e servi-los aos alunos. Além do mais, requer um controle maior dos fluxos de entrada e saída dos produtos, a fim de que seja possível mantê-los conservados, evitando perdas.

As merendeiras constituem um elemento vital na implantação do PNAE e, particularmente, na inclusão de produtos oriundos da agricultura familiar. A presente pesquisa não se destinou a mensurar quantitativamente o grau de aceitação das merendeiras nas creches e escolas atendidas pelo programa. Entretanto, as entrevistas indicaram que no que tange à manipulação dos gêneros alimentícios, não há muita resistência. Em geral, as merendeiras sentem-se satisfeitas por poder oferecer um produto mais fresco aos alunos. A questão que mais aparece refere-se à dificuldade de armazenamento, especialmente de polpas de suco que requerem bastante espaço, nem sempre disponível. Os casos de resistência por parte das merendeiras frente à utilização de gêneros alimentícios “in natura” têm sido enfrentados, pela coordenação da merenda, inicialmente com diálogo e na medida da necessidade, cobrança via gestão escolar.

Outra questão suscitada pelas merendeiras diz respeito à sazonalidade dos produtos oriundos da agricultura familiar. Por variarem com a safra, há épocas que “repete muito” o mesmo produto (ex.: banana) e faltam outros. Esta é uma questão importante que nos remete ao padrão de consumo contemporâneo. Queremos ter tudo disponível, a todo o tempo e em qualquer lugar. Este é o modelo sustentado pela rede mundial de supermercados que movimenta vultuosa soma de recursos financeiros e que produz enorme quantidade de resíduos resultantes do desperdício de alimentos diante de um contexto no qual a insegurança alimentar e a fome assolam significativa parte da população mundial. Ademais, diante da necessidade de uma intensa circulação de mercadorias ao redor do mundo, o padrão de consumo contemporâneo imputa à dinâmica da economia um alto gasto de energia e combustíveis fósseis, contribuindo para o aumento dos custos de produção e para a degradação dos recursos naturais.

Ainda a respeito da utilização dos gêneros alimentícios pelas merendeiras, a pesquisa revelou que sob o ponto de vista técnico, há por parte da gestão municipal a expectativa de implantação de uma cozinha industrial, responsável pelo preparo e armazenamento dos gêneros alimentícios. A percepção é a de que esta medida facilitaria os processos, otimizando o uso dos produtos alimentícios, diminuindo os desperdícios, facilitando o controle de estoque e garantindo maior qualidade na merenda. Uma questão a ser debatida e dialogada com aqueles/as envolvidos/as, tendo em vista as mudanças significativas provocadas por sua implementação, como o deslocamento das merendeiras para um novo local (e ambiente de

trabalho), o transporte das refeições e o custo de sua efetivação, inclusive, para as escolas que se situam na zona rural do município.

A equipe da merenda escolar está planejando a realização de Oficinas de Boas Práticas (Fabricação e Higiene) e de Oficinas de Aproveitamento de Alimentos. Não há recursos financeiros previstos no PNAE e, portanto, a equipe está elaborando um projeto a ser apresentado à Secretaria Municipal de Educação.

- Quanto aos padrões de qualidade dos gêneros alimentícios:

A observação detalhada da especificação dos gêneros alimentícios a serem adquiridos pela Prefeitura Municipal de Mari, presente no edital de chamada pública, anteriormente mencionado, revela a exigência de um padrão de qualidade expresso, para quase todos os produtos, da seguinte forma: produto “in natura, de boa qualidade, ausente de brotos, manchas, partes escuras, rachaduras, sujidades etc.”. Em alguns casos, acrescenta-se “tamanho e coloração uniformes”.

Do ponto de vista nutricional, tais exigências são inquestionáveis e voltam-se claramente à preocupação com a manipulação e utilização adequadas dos gêneros alimentícios, elemento fundamental para a garantia da oferta de alimentação de qualidade na merenda escolar.

Entretanto, durante entrevista com agricultores produtores e fornecedores de tais gêneros alimentícios, foi possível perceber um outro ponto de vista capaz de trazer à tona um debate importante. Trata-se do padrão tecnológico utilizado na produção agrícola e seus efeitos sobre a apresentação do produto final.

Em geral, produtos agrícolas “uniformes”, ausentes de “manchas” ou “rachaduras” são obtidos através de um sistema de produção que utiliza grandes quantidades de insumos químicos, como adubos sintetizados e venenos. Isso acontece porque são estes insumos que garantem a uniformização da fertilidade dos solos (no caso dos adubos) e a ausência de pragas e doenças (no caso dos venenos, também chamados de agrotóxicos), o que poderia provocar modificações na estrutura de apresentação do produto.

Por outro lado, em um sistema de produção que utiliza insumos naturais, como adubos orgânicos e maneja o sistema para controlar a incidência de pragas e doenças, através da utilização de plantas companheiras⁷ e/ou inseticidas também orgânicos, cada planta se

⁷ O conceito de “Plantas Companheiras” referente à interação estabelecida entre plantas de diferentes espécies, na qual ambas as espécies se beneficiam. As Ciências Biológicas definem esta relação como “comensalismo”.

desenvolve de acordo com as condições específicas de cada local e, em geral, o produto final apresenta-se diverso em sua “aparência”. Sem, no entanto, significar ausência de sanidade. Pelo contrário, produtos deste sistema de produção encontram-se livres de substâncias tóxicas presentes nos agrotóxicos.

- Quanto à entrega dos produtos pelos agricultores selecionados

A entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar é de responsabilidade dos selecionados através da Chamada Pública e realiza-se semanalmente. Os produtos perecíveis (polpas e carnes) são transportados em veículos refrigerados.

Segundo relato da coordenação da merenda, a entrega está acontecendo de forma regular, sem atrasos, nem problemas com a qualidade dos produtos. Houve um problema com o fornecedor de carne e a licitação está sendo refeita.

- Quanto ao impacto da aquisição de gêneros da agricultura familiar para a merenda escolar

Segundo o edital da chamada pública, instrumento que regula o processo de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, serão injetados na economia do município de Mari, neste ano de 2017, o montante de R\$ 353.846,46 (trezentos e cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos). Recursos que, na ausência desta iniciativa, estariam saindo do município para movimentar a economia de grandes centros, produtores de alimentos processados.

Apesar da presente pesquisa não destinar-se a uma avaliação quantitativa do impacto financeiro do programa sobre a renda das famílias fornecedoras, durante entrevista, foi possível dimensionar que em média, o programa agrega cerca de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) à renda mensal de cada família participante. Para muitos que vivem do programa de renda mínima Bolsa Família, tal possibilidade representa um diferencial significativo.

Além destas famílias envolvidas diretamente no programa, necessário se faz também considerar os beneficiários indiretos que são empregados em fases do processo de produção, como na colheita ou no plantio. Fato é que havendo segurança na venda, os agricultores se sentem encorajados a plantar e assim sendo, geram riqueza para si e para os que estão ao seu redor. Cria-se um verdadeiro “círculo virtuoso” que favorece o desenvolvimento socioeconômico do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi possível observar através da pesquisa realizada, a temática da merenda escolar encerra questões que vão muito além do fornecimento de gêneros alimentícios para sanar a fome e a miséria, conforme sugerem as primeiras ações de suplementação de produtos para a merenda escolar no Brasil, ainda na primeira metade do século passado.

A temática encontra-se intrinsecamente associada a diversas outras temáticas. A dimensão nutricional da merenda escolar é a que se apresenta, em um primeiro momento, de forma mais visível. Esta importante perspectiva qualifica a discussão e aprimora o conceito de alimento, ao relacioná-lo ao seu valor (ou não valor) nutricional. A discussão tem interface direta com um padrão de consumo fomentado por uma poderosa rede mundial de alimentos e estimulado diariamente pela mídia.

No entanto, a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar tem outras interfaces, nem sempre visíveis ao primeiro olhar. Uma delas dá respeito à origem destes produtos, ao sistema de produção que o sustenta, aos sujeitos desta produção, ao padrão tecnológico empregado, dentre outros aspectos.

A aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, abordada pelo presente estudo revela o potencial desta ação, não apenas no que tange ao valor nutricional dos alimentos, mas também aos efeitos desta aquisição para o desenvolvimento social no município. Entretanto, aponta também os desafios presentes a sua execução.

É preciso ter presente a compreensão de que toda mudança enfrenta resistências e a tendência para o retorno (ou a manutenção “velada”) da situação anterior é sempre uma possibilidade. Apenas a reflexão consciente acerca da problemática e o enfrentamento franco e transparente das dificuldades enfrentadas poderão favorecer a construção de um novo paradigma. Um paradigma no qual a escola seja percebida nas suas possibilidades de aglutinar e irradiar ações que possam contribuir para o desenvolvimento local.

Por tratar-se de uma temática que se relaciona diretamente a padrões de consumo e visões sobre o “rural” culturalmente bastante arraigados, é necessário que a mesma ocupe os espaços de formação na sala de aula e que seja objeto de pesquisas realizadas através da internet e no próprio município. Da mesma forma, a realização de feiras e exposições pode ajudar a trazer visibilidade e valorização à iniciativa em curso, favorecendo a sua ampliação.

A produção da agricultura familiar é potencialmente afeta a um sistema de produção no qual a utilização de insumos externos, dentre eles, os adubos químicos e os venenos (agrotóxicos). Entretanto, nem sempre esta produção consegue completar-se sem a utilização

destes insumos. Um acompanhamento técnico aos produtores fornecedores de gêneros alimentícios para a merenda escolar poderia favorecer a adoção por parte destes produtores, de um sistema de produção livre de insumos químicos, fundamentado nos princípios da agroecologia.

A temática da merenda escolar, quando ampliada na perspectiva da alimentação associada à produção tem o potencial de gerar, a partir dos espaços escolares, um debate amplo que alimente a reflexão acerca da realidade dos municípios e dos processos produtivos ali existentes, seus problemas e potencialidades, favorecendo assim, um desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente, mais equilibrado.

Tal enfoque pode orientar a estruturação de projetos educativos que partam da realidade vivenciada pelos estudantes em suas casas e na escola, relacionando os alimentos consumidos com sua origem. Durante estágio realizado no município de Mari, foi possível experimentar um projeto intitulado “Conhecendo e Compreendendo a Merenda Escolar”, cujo objetivo geral foi “Ampliar a compreensão dos/as alunos/as acerca do significado das escolhas para uma alimentação saudável e responsável”. A experiência encontra-se registrada em documento que compõe o anexo 04 deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPÍZAR, José Solano. **Educación y desarrollo em America Latina: um análise histórico-conceptual**. Heredia, C.R.:EUNA, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 20/08/2017

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de Julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 20/08/2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica- altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007- revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.17836, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994- e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 20/08/2017.

FORMIGA, Walnara Arnaud Moura. **Análise da implementação da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho - PB.** UFPB, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira.** 3ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

FREITAS, Marcos Cezar de Freitas. **História, Antropologia e a Pesquisa Educacional: itinerários intelectuais.** São Paulo: Cortez, 2001

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 02/03/2017

IBGE. **IBGE mostra que a população brasileira está mais gorda: obesidade é mais frequente em mulheres brasileiras, sobrepeso é maior entre os homens e o peso das crianças ultrapassa padrão internacional.** 2010 Disponível em: <http://www.news.med.br/p/saude/69728/ibge+mostra+que+a+populacao+brasileira+esta+mais+gorda+obesidade+e+mais+frequente+em+mulheres+brasileiras+sobrepeso+e+maior+entre+os+homens+e+o+peso+das+criancas+ultrapassa+padrao+internacional.htm> Acesso em 08/05/2017

MALUF, Renato & MENEZES, Francisco. Caderno “Segurança Alimentar”. 2000. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf Acesso em 13/11/2017.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto – GEDECON.** Vol. 1, nº 01, 2013.

SÁ, Eduardo. **Merenda escolar: uma revolução para os agricultores familiares.** Notícia site Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2016/08/17/merenda-escolar-uma-revolucao-para-os-agricultores-familiares/>. Acesso em: 20/08/2017

SCHMITT, Cláudia Job e GRISA, Catia. **Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: Uma Análise a partir dos instrumentos de ação governamental.** In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura,** Kairós, Curitiba, 2013. p. 215-266.

APÊNDICES

Anexo 01: Instrumento de Coleta

Prezados/as, solicito sua colaboração, na resposta desse Instrumento de Coleta. Afirmando que as informações serão preservadas.

Os dados coletados subsidiarão uma das etapas da minha pesquisa que tem como título “**Merenda escolar, uma estratégia de apoio ao desenvolvimento social**”

Agradeço antecipadamente,

Andréa Alice da Cunha Faria
Pesquisadora

Instituição _____

Cargo: _____ Função: _____

Há quanto tempo está fazendo parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): _____

SOBRE O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –PNAE;

1. Como funciona o Programa de Alimentação Escolar no município de Mari?

2. Em sua opinião, quais os benefícios deste programa?

3. Em sua opinião, quais as dificuldades deste programa?

SOBRE A DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE;

1. Como se dá o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar na merenda escolar?

2. Em sua opinião, quais os benefícios que a comunidade local adquire com a compra e a utilização dos referidos produtos?

3. Em sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar com a aquisição dos produtos da AF?

4. Poderia citar algumas mudanças, após a implantação do PNAE?

5. Poderia indicar sugestões para melhoria da qualidade, na execução do PNAE, em seu município?

Anexo 02: Lançamento do Edital

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA: 002/2017

O Prefeito do Município de Mari, Estado da Paraíba; no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por LEI; através da Secretaria Municipal de Educação; TORNA PÚBLICO que se acha aberta a CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2017; tendo por OBJETIVO: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Os Grupos Formais/ Informais, bem como os Fornecedores Agricultores Individuais deverão apresentar a documentação para Habilitação e Projeto de Venda do dia **30 de maio de 2017 até o dia 20 de junho de 2017, até as 13:00hs**. Maiores informações, no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada a Rua Pedro Leite, centro - Mari/PB.

Mari, 29 de maio de 2017.

Antônio Gomes da Silva

PREFEITO

Anexo 03: Imagens

EMEF Professor José Honório Filho – Mari/PB



Assentamento Zumbi dos Palmares – Mari/PB



Apresentação de amostras dos produtos



Anexo 04: Relatório de estágio

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB VIRTUAL
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
POLO DE APOIO PRESENCIAL – MARI - PB**

ANDRÉA ALICE DA CUNHA FARIA

**RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM
MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

**MARI - PB
2017**

ANDRÉA ALICE DA CUNHA FARIA

**RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM
MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Relatório Final de Estágio solicitado pela Profa. Janine Marta Coelho, referente à avaliação do Componente Curricular Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental II.

**Mari - PB
2017**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	06
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO	07
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10
REFERÊNCIAS.....	12
APÊNDICES.....	13
ANEXOS.....	15

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio foi desenvolvido junto à turma do 4º ano do Ensino Fundamental da EMEIF Professora Maria das Neves de Paula Arruda, localizada no município de Mari, estado da Paraíba. A referida turma é composta por 25 alunos, sendo 15 meninas e 10 meninos, cuja faixa etária varia entre 8 e 14 anos de idade.

Na primeira fase do estágio, foram realizadas observações das aulas ministradas pela professora responsável pela turma, formada em Pedagogia. A segunda etapa do estágio consistiu na execução de um projeto didático-pedagógico intitulado “Conhecendo e Compreendendo a Merenda Escolar”, cujo objetivo geral foi “Ampliar a compreensão dos/as alunos/as acerca do significado das escolhas para uma alimentação saudável e responsável”.

A escolha do tema do referido projeto relaciona-se à formação profissional da estagiária que enquanto Engenheira Agrônoma vem trabalhando pelo fortalecimento da Agricultura Familiar e a decorrente percepção da importância do consumo de alimentos com menor grau de processamento. Por outro lado, o contato construído com a escola campo de estágio revelou também ser esta uma temática de interesse a ser trabalhada pedagogicamente na escola.

A alimentação escolar ocupa espaço de importância no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, no entanto, quando integrada aos processos produtivos da agricultura familiar pode, além disso, favorecer a utilização dos recursos naturais de forma mais equilibrada e sustentável.

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14). A referida lei determina ainda que a aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre agricultores do território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade.

Quase uma década após a promulgação da lei que vincula o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) à Agricultura Familiar registram-se estudos voltados à avaliação de sua efetividade. Pesquisa realizada em 2013 por RIBEIRO et al (2013) chegou à conclusão

de que a Lei nº11.947 gerou mudanças significativas na execução do PNAE nos municípios avaliados. A partir dela, o PNAE favoreceu a criação de mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis e para o desenvolvimento local.

Pesquisa realizada no município de São Bentinho, na Paraíba constatou que

[...] a introdução de gêneros alimentícios proveniente da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho trouxe melhorias para a qualidade de vida dos seus habitantes, sobretudo seus escolares e agricultores familiares rurais, uma vez que tal procedimento melhorou a qualidade da alimentação oferecida nas escolas da rede municipal de ensino e melhorou a qualidade de vida dos agricultores familiares rurais (FORMIGA, 2010, 19).

É o que também constatam SCHMITT e GRISA (2013) ao apontar como a lei que vincula compra da parte da merenda escolar à produção da agricultura familiar contribuiu para a construção de mercados institucionais para esta categoria social, bem como contribuiu para a promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

O presente projeto de estágio busca dialogar com esta realidade, favorecendo um processo reflexivo acerca das escolhas associadas ao consumo de alimentos, a partir da discussão sobre a origem dos alimentos, inclusive aqueles utilizados na merenda escolar.

O projeto didático pedagógico consistiu de 5 encontros que foram progressivamente percorrendo a temática. Partindo da construção de desenhos com os “pratos” preferidos pelos alunos, recorreu-se a estratégia de construção de um “fluxo” a fim de evidenciar a origem dos produtos, relacionando-s com aqueles envolvidos na sua produção (as famílias de agricultores e/ou as indústrias).

Leituras para didáticas foram utilizadas a fim de sedimentar o conhecimento, seguidas pela elaboração de desenhos como recurso de apreensão e criatividade.

O projeto culminou com a construção da Pirâmide dos Alimentos, um recurso pedagógico voltado a evidenciar o valor nutricional dos alimentos e a importância de uma educação equilibrada.

A vivência deste estágio permitiu à estagiária o envolvimento direto e ativo com a realidade das escolas públicas brasileiras, tendo se constituído em um importante momento para sua formação profissional e pessoal.

2 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A EMEIF Professora Maria das Neves de Paula Arruda foi inaugurada em 21/08/1976 e situa-se no centro da cidade de Mari/PB. Atualmente, oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

A escola conta com uma boa estrutura física, com salas bem organizadas, biblioteca, sala de vídeo, cozinha e um grande pátio no qual está sendo construída uma quadra de esportes.

As salas são bem ventiladas, espaçosas e com mobiliário em boas condições. A escola funciona nos turnos manhã e tarde, sendo que a Educação Infantil funciona apenas no turno da tarde. Conta com 10 (dez) professores/as, nos 2 turnos (manhã e tarde), sendo que apenas 2 (dois) trabalham na Educação Infantil e os demais, no Ensino Fundamental I.

A escola conta com um Laboratório de Informática, ainda bem pouco utilizado. Os alunos praticamente não a utilizam. A Biblioteca/Sala de Leitura é utilizada de forma mais intensa. Os alunos utilizam com frequência, sob orientação dos professores.

Percebe-se grande motivação e dedicação por parte da gestora em buscar apoios (na secretaria municipal e outras instâncias) para realizar um bom trabalho na escola.

Desde 2012, quando a nova gestora assumiu, o Conselho de Classe está se constituindo com reuniões a cada bimestre, onde se discutem as questões cotidianas sobre o processo de ensino-aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) está elaborado, porém, a gestão pretende que ele passe por um processo de revisão e atualização, a fim de ser melhor incorporado por toda a escola (alunos, professores e funcionários).

3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO

3.1 OBSERVAÇÃO DE AULAS

A etapa inicial, de observação das aulas objetivou conhecer a prática pedagógica da professora responsável pela turma, bem como para conhecer a turma e construir uma relação possível e necessária à execução do projeto.

Em comum acordo com a professora, foi combinado que seriam observadas aulas com conteúdos diferenciados. Neste sentido, foram acompanhadas aulas de Português, Matemática, Ciências; História e Geografia.

O registro fotográfico das aulas foi considerado, pela professora responsável pela turma como inconveniente. Ela argumentou que tal procedimento, logo ao início do contato com a turma poderia provocar estranhamento e resistência a presença da estagiária. Por este motivo, não foram realizados registros fotográficos desta etapa.

Em todas as aulas a professora segue o mesmo itinerário pedagógico: leitura do livro didático, seguida de tarefas passadas no quadro. Em algumas situações, ela distribui tarefas para serem realizadas em casa. Os assuntos acompanhados foram os seguintes:

- Dia 02/10

Observação de aula de Português. Assunto: Verbo

- Dia 03/10

Observação de aula de Matemática. Assunto: Fração

- Dia 18/10

Observação de aula de Ciências. Assunto: Higiene

- Dia 19/10

Observação de aula de História. Assunto: Governo do Município

- Dia 20/10

Observação de aula de Geografia. Assunto: Meios de transporte e comunicação

3.2 PROJETO “CONHECENDO E COMPREENDENDO A MERENDA ESCOLAR”

- Dia 06/11:

O momento inicial do desenvolvimento do projeto consistiu em uma apresentação da professora estagiária, dos estudantes e da temática a ser trabalhada. Em seguida, foi lançada a pergunta “O que vocês mais gostam de comer?” e oferecido um papel em formato de “prato” para que ali cada um desenhasse o seu prato de comida preferido (ver imagem). Enquanto os estudantes construíam seus pratos de comida, a professora estagiária ia questionando a respeito dos alimentos oferecidos na escola, se gostavam, o que mais gostavam etc.

Após a confecção dos desenhos, cada estudante veio até a frente e expôs o seu prato preferido. A professora estagiária recolheu os desenhos para prosseguimento do projeto.

- Dia 07/11

No segundo dia de execução do projeto, a professora estagiária, objetivando evidenciar, a partir da percepção dos alunos, a origem dos alimentos consumidos, preparou previamente um conjunto de imagens com os elementos presentes nos “pratos” construídos na aula anterior e sua origem.

A turma foi dividida em 4 grupos. Um deles recebeu um conjunto de imagens e setinhas, com a tarefa de montar um “fluxo” a partir da pergunta: “Como se forma um prato de arroz, feijão e frango?”. Outro grupo recebeu outro conjunto de imagens e a tarefa de montar um “fluxo” a partir da pergunta: “Como se forma panqueca, macarrão e nugget?”. O terceiro grupo recebeu outro conjunto de imagens e dedicou-se à questão: “Como se forma Pizza?” e, da mesma forma, o quarto grupo dedicou-se à questão “Como se forma Hamburger e Cachorro Quente?”

Ao final, cada grupo foi convidado a observar a construção do outro grupo que explicava o fluxo construído. O material foi recolhido para continuidade do projeto.

- Dia 08/11

De posse daquilo que foi construído na aula anterior, a professora estagiária preparou 4 cartazes com os fluxos montados pelos estudantes (ver imagem).

Objetivando sedimentar o entendimento acerca da origem dos alimentos, os fluxos foram estudados novamente e realizada a leitura do livro paradidático “Uma vida gostosa”. Após a leitura, foi solicitado que cada aluno construísse um desenho sobre a história.

A leitura permitiu que a professora evidenciasse, a partir dos fluxos construídos anteriormente, os sujeitos envolvidos na produção dos diferentes alimentos. Por exemplo, as famílias de agricultores que produzem feijão, macaxeira e outros gêneros alimentícios (inclusive, consumidos na merenda) e, por outro lado, a indústria produtora de salsicha, macarrão, refrigerante etc.

- Dia 13/11

Neste dia, a aula se iniciou com a retomada de todo o percurso didático vivenciado até o momento, desde a elaboração dos “pratos” com alimentos preferidos.

Foi solicitado, então, que cada um mencionasse os alimentos oferecidos na merenda da escola, sendo anotado em “tarjetas” (pedaços de cartolina previamente cortados).

Objetivando retoar o conhecimento produzido e sedimentar o entendimento acerca do valor nutricional dos alimentos, foi realizada a leitura do livro paradidático “Amanda no país das vitaminas”. Após a leitura, foi solicitado que cada aluno construísse um desenho sobre a história. (Imagens)

- Dia 16/11

Esta aula teve como objetivo construir, com os estudantes, a Pirâmide dos Alimentos. A professora estagiária preparou previamente a estrutura da Pirâmide em cartolina e trouxe imagens dos pratos construídos no primeiro dia de aula.

Um a um, cada aluno recebia uma imagem e se dirigia à cartolina, colando a imagem no local correspondente (ver Imagem).

Após a localização dos alimentos que compuseram os pratos preferidos, foram localizados, pela professora estagiária, os alimentos oferecidos na merenda da escola.

A fim de sedimentar e avaliar a aprendizagem foi distribuída uma folha de atividade sobre a Pirâmide dos Alimentos para que cada aluno a preenchesse a partir do apreendido.

Para encerrar foi solicitada uma avaliação oral das atividades desenvolvidas no projeto e realizado um agradecimento à professora e à turma pela oportunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência neste estágio foi realmente bastante significativa para mim, tanto no que se refere à formação acadêmica, quanto pessoalmente. Foi possível perceber, na prática, o enorme desafio que é a efetivação de uma educação pública de qualidade em nosso País.

Os profissionais da educação básica enfrentam, a cada dia, a difícil tarefa de estimular os estudantes a uma prática que exige atenção e concentração, em meio a uma dinâmica social e a um processo pessoal nos quais tudo é muito urgente e fugaz.

Senti a dificuldade que é provocar a “curiosidade” no/a aluno/a, despertar nele/a a vontade de aprender, pois conforme já nos alertou Paulo Freire, “Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo... nem, ensino” (2011, p.83).

Em geral, os alunos estão mobilizados pelas questões do cotidiano, do colega, das inúmeras disputas que acontecem a todo o tempo, entre os alunos, entre meninos e meninas etc. Não é fácil quebrar este ciclo e trazer o intelecto de cada um para o assunto da aula.

Entretanto, é possível. E, quando alcançado, traz uma satisfação profunda. Perceber naqueles “olhinhos” o gosto da descoberta, da aprendizagem, é realmente, compensador e por isso, vale a pena enfrentar o desafio e buscar referências teóricas e práticas para estar sempre aprendendo a ser professor/a.

Gostaria de tratar aqui de uma questão que envolve a realização do estágio em escolas. A presença da professora estagiária provoca uma “desarrumação” na sala de aula e isso pode prejudicar o trabalho da professora responsável pela turma. Considero que seja de suma importância que o/a estagiário/a tenha consciência disso e esteja aberto/a a “construir junto”, partilhando desafios e aceitando a visão de quem está ali e permanecerá no processo de construção do conhecimento com a turma. No caso, considerei de extrema importância estabelecer este contato mais próximo com a professora responsável pela turma e inclusive, aceitar suas orientações, como a sugestão de não fazer registros fotográficos das aulas regulares.

A oportunidade de realizar um projeto próprio durante o processo de formação profissional é de grande significância. Ele estimula a criatividade e a autonomia, retirando o estagiário da zona de conforto do “observar”. Entretanto, requer maturidade para que o

projeto consiga se inserir em uma dinâmica que começa antes dele e que permanece depois dele.

Levarei esta vivência como referência de suma importância para a minha vida profissional e pessoal. Em particular, ela provocou em mim uma maior admiração e respeito pelos profissionais da educação que se dedicam a construir uma educação de qualidade nas escolas públicas de nosso país.

REFERÊNCIAS



FORMIGA, Walnara Arnaud Moura. **Análise da implementação da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho - PB.** UFPB, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

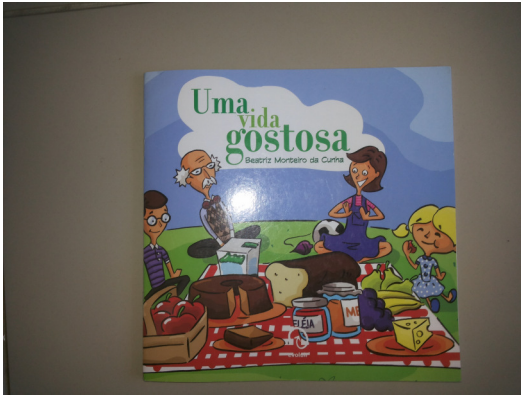
SCHMITT, Cláudia Job e GRISA, Catia. Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: Uma Análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Kairós, Curitiba, 2013. p. 215-266.

APÊNDICES

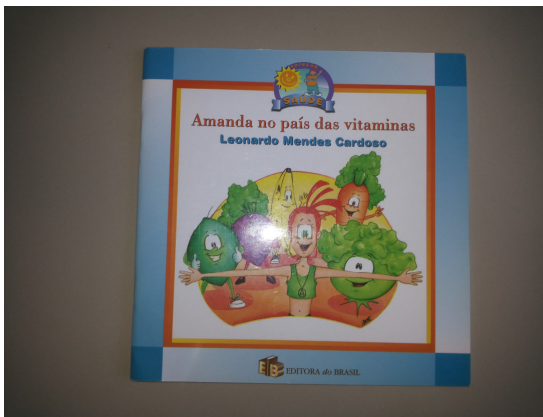
APÊNDICE A – REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

1º DIA
2º DIA
3º DIA
4º DIA
5º DIA
6º DIA

7º DIA


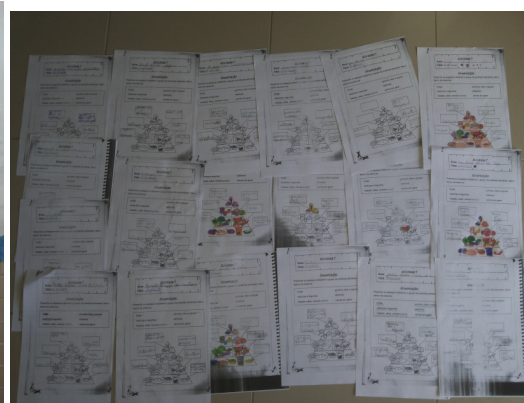
8º DIA



9º DIA



10º DIA



APÊNDICE B – ATIVIDADE AVALIATIVA

Atividade 7

Nome: _____

Data: ___/___/___

Alimentação

Preencha os espaços indicando o grupo da pirâmide alimentar. Use o banco de palavras.

frutas

verduras e legumes

massas, pães, cereais e arroz

gordura, óleo e açúcar

laticínios

carnes em geral

